

ÍNDICE ANALÍTICO

PARTE I

Título

Preliminar – Responsabilidade

1. Responsabilidade: seu conteúdo, noção e definição.....	1
2. Mecanismo da responsabilidade.	3
3. Responsabilidade jurídica e responsabilidade moral.....	3
4. Responsabilidade penal: imputabilidade, culpabilidade, capacidade.....	5
5. Responsabilidade penal, responsabilidade civil: distinção, pontos de contato.	7
6. Desenvolvimento da responsabilidade civil.	11

Título I

Responsabilidade civil

Capítulo I

Noções e conteúdo. Definições. Evolução

7. Responsabilidade civil. Definições segundo as várias correntes.	15
8. Responsabilidade civil e reparação do dano.....	16
9. Evolução da responsabilidade civil.....	18
10. Direito romano: a) tempos primitivos. Lei das XII Tábuas; b) lei Aquilia; c) a obra pretoriana na interpretação do texto aquiliano	19
11. Direito francês: a) aperfeiçoamento das ideias românicas; b) o Código de Napoleão; c) tempos modernos.	22
12. Direito português: a) o direito primitivo, o Fuero Juzgo, as Partidas; b) as Ordenações do reino.....	23
13. Direito brasileiro: a) Código Criminal de 1930; b) as Consolidações; c) os Códigos Penais de 1890 e 1940; d) o Código Civil e o Código de Obrigações; e) o Código Civil de 2002; f) as novas tendências da responsabilidade civil. O Código Criminal de 1830.....	25
As Consolidações.	26
Os Códigos Penais de 1890 e 1940.	27
O Código Civil de 1916 e o Código de Obrigações.	27
O Código Civil de 2002.	29
As novas tendências da responsabilidade civil.	39

Capítulo II

Teorias. Classificação. Crítica

14. A responsabilidade civil é pura resultante do equilíbrio violado pelo dano..	43
15. Teoria da culpa. A fórmula de Von Ihering.	44
16. A culpa no direito romano.	44
17. A teoria de Domat e Pothier. A elaboração do Código Civil francês. Direi- to italiano.	45
18. Direito alemão.	48
19. Direito brasileiro. A conclusão de Alvino Lima.	49
20. Crítica da teoria da culpa. Assimilação da noção de responsabilidade pela da culpa.	49
21. A doutrina do risco.	51
22. Precursores da doutrina do risco: Thomasius e Heineccius. Binding. Venezian.	51
23. Tentativa para sistematizar a doutrina do risco na literatura germânica: Mataja. Os Merkel. Unger. Princípio do interesse ativo, da prevenção e da equidade ou interesse preponderante. A inspiração de Bentham.	54
24. Os franceses como lançadores da ideia do risco. A influência do positiv- ismo penal e suas verdadeiras proporções.	57
25. A doutrina de Saleilles.	58
26. As ideias de Josserand.	62
27. As soluções subsidiárias.	67
28. Crítica da teoria do risco. Os ataques de H. e L. Mazeaud.	69
29. Defesa da teoria objetiva.	73
30. Refutação das doutrinas extremistas. Direitos do homem e direitos da so- ciedade devem orientar-se para o equilíbrio.	74
31. Os verdadeiros defeitos da teoria objetiva.	76
32. Os sistemas de conciliação e sua crítica.	77
33. Aceitação da doutrina objetiva na legislação.	79

Capítulo III

O ônus da prova

34. Responsabilidade objetiva e presunção de culpa.	81
35. O pesado ônus imposto pelo brocardo <i>actori incumbit probatio</i>	82
36. Prova do prejuízo.	83



37. Necessidade de prova de dano na ação. Sem ela não se pode julgá-la procedente.	84
38. Presunção do prejuízo. Juros moratórios. Cláusula penal. Arras penitenciais. Outros casos de presunção do prejuízo. Juros Moratórios.	87
39. Prova da culpa.	90
40. Presunções de culpa. Verdadeiro sentido do princípio <i>actori incumbit probatio</i>	91
41. Ficção e presunção. A lição de Arnaldo Medeiros.	91

Capítulo IV

A solução unitária de Marton

42. A violação da obrigação preexistente é a fonte da responsabilidade.	95
43. A responsabilidade por fato de outrem e sua conciliação com o sistema.	96
44. Efeitos da responsabilidade. A ideia da prevenção.	97
45. Fundamentos da responsabilidade civil: a) princípio da prevenção; b) princípios acessórios de caráter econômico-político.	97
46. Crítica da doutrina de Marton. O princípio da restituição.	100
47. A influência da equidade.	102
48. Sentido da conservação da ideia da culpa.	104
49. Convergência das diversas correntes ao fim comum de assegurar justiça ao prejudicado.	104

Título II

Responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual

Seção Preliminar

Princípios comuns a todos os casos de responsabilidade civil

50. Princípios Comuns a todos os Casos de Responsabilidade Civil	107
--	-----

Capítulo I

O dolo e a culpa

51. Noção de culpa. Erro e culpa, a lição de André Tunc.	109
52. Distinção entre dolo e culpa.	111
53. A concepção de Chironi.	111



54. Definição de culpa: Savatier, Lalou, os autores franceses, italianos e alemães.	112
55. A crítica de Mazeaud et Mazeaud às definições conhecidas.	114
56. Definições imprecisas: ilicitude e imputabilidade.	115
57. A concepção de Mazeaud et Mazeaud.	118
58. Crítica do seu sistema. A opinião de Alvino Lima.	119
59. Culpa genérica: dolo e culpa propriamente dita, imprudência, imperícia.	121
60. A culpa no sistema do Código Civil brasileiro.	124

Capítulo II

A unidade de culpa

61. O Código Civil brasileiro adotou a distinção entre culpa contratual e culpa extracontratual.	127
62. Responsabilidade e garantia. A responsabilidade deve ser estudada em um plano único. Mazeaud, Pontes de Miranda, Carvalho Santos.	128
63. Crítica aos critérios de distinção propostos.	129
64. O ensinamento de Amézaga e sua utilidade.	132
65. Contra a tirania do <i>electa una via, non datur recursus ad alteram</i>	135

Capítulo III

Os limites da responsabilidade contratual

Seção I

A questão da existência do contrato

66. A questão da existência do contrato.	137
67. Deveres existentes lateralmente ao contrato.	137
68. A promessa de casamento.	142
69. A ruptura do concubinato.	147
70. A concessão de salários à concubina.	151
71. Responsabilidade em face do contrato nulo. A proteção da boa-fé.	151

Seção II

As prestações gratuitas

72. As dificuldades suscitadas pelas prestações gratuitas.	152
73. Os transportes gratuitos. Outros serviços gratuitos.	153
74. Transportes impropriamente considerados gratuitos.	154
75. O verdadeiro transporte gratuito.	155
76. A solução contratual. Os argumentos de Savatier.	155



77. A opinião de Peretti-Griva.	158
78. O sistema de Lalou.	158
79. As opiniões de Mazeaud, Jean Liebmann, Jean Loup, Henoch D. Aguiar. .	159
80. Arrosa e a tese extracontratual.	161
81. Juan M. Semon e seu estudo sobre a matéria.	162
82. Nossa posição sobre o transporte gratuito.	164
83. O transporte gratuito nas doutrinas portuguesa e brasileira: Luís Veiga e Gonçalves de Oliveira.	167

Seção III

As declarações unilaterais de vontade

84. Intimidade da matéria com a dos atos ilícitos.	170
85. A promessa de recompensa.	171
86. Licitação pública.	173
87. Concursos de beleza.	176

Seção IV

A figura do terceiro na responsabilidade contratual

88. Posição do terceiro beneficiário da estipulação. Ação do herdeiro ou suces- sor do contratante.	177
89. Inexecução do contrato por falta de terceiro.	179

Seção V

Obrigações essenciais e obrigações acessórias ao contrato.

Cláusulas de segurança ou incolumidade

90. Dever de segurança com relação às pessoas e coisas.	180
91. A responsabilidade contratual é problema de interpretação da vontade. ...	181
92. Influências que concorrem na caracterização da responsabilidade contratual	182

Seção VI

Cumulação ou opção das ações de responsabilidade

93. Pluralidade de ações oferecidas ao sujeito ativo da reparação.	183
94. A possibilidade de uma ação mista. A solução só pode ser dada com base em uma das ações.	184
95. Ação delitual contra o contratante.	184
96. Responsabilidade delitual e obrigações contratuais.	185
97. Acidente do trabalho. Evolução para o campo da previdência social.	187



Seção VII

Responsabilidade contratual por fato de outrem

Sumário

98. A intervenção do terceiro no contrato. O ensinamento de Mazeaud et Mazeaud	193
99. A lição de Josserand. Teorias propostas para caracterizar a figura jurídica da responsabilidade contratual por fato de terceiro. A doutrina de Soareg.	196

Título III

Responsabilidade contratual

Capítulo I

Os transportes

100. O transporte como determinante da civilização.....	201
101. Objeto do contrato de transporte. Natureza de sua responsabilidade no contrato de pessoas.....	202
102. O transporte terrestre no direito brasileiro. A obrigação de incolumidade no transporte. Sua extensão. Consequências quanto à prova.	205
103. O transporte de mercadorias.....	215
104. Responsabilidade contratual das empresas ferroviárias.....	220
105. A aplicação do Decreto n. 2.681/12 às empresas de transporte urbano.....	228
106. O transporte aéreo. Responsabilidade civil do transportador aéreo no Código Brasileiro de Aeronáutica. Convenções internacionais.	231
107. O transporte marítimo.....	257
108. O transporte de notícias	258

Capítulo II

A atividade profissional

Seção I

Responsabilidade dos médicos e dos profissionais auxiliares da medicina

109. Caráter contratual da responsabilidade médica.....	277
110. Objeto do contrato médico e natureza de sua obrigação. A prova da culpa.	281
111. Obrigações implícitas no contrato médico	285
112. O Tratamento e as causas de responsabilidade. A imperícia, a negligência e a imprudência. Espécies de erros. Condutas simplesmente inapro-	

priadas. A iatrogenia.....	296
113. Responsabilidade por fato de terceiro. As relações do médico com equipes, hospitais e casas de saúde. Os danos decorrentes de instrumentos e equipamentos médicos. Os planos de saúde. A saúde pública.	301
114. A responsabilidade do anestesista.....	314
115. A responsabilidade civil na cirurgia estética.....	315
116. Casuística da responsabilidade médica.....	323
117. Responsabilidade dos farmacêuticos, enfermeiros e parteiras	328
118. Responsabilidade do cirurgião-dentista.....	332
119. Responsabilidade do médico-veterinário.....	340

Seção II

Responsabilidade dos advogados, mandatários e tabeliães

Sumário

120. A responsabilidade do advogado é contratual. Critério de sua apreciação pelos tribunais. A prova da culpa.	347
121. Responsabilidade do advogado no período anterior ao contrato.....	351
122. Alcance do mandato advocatício. Quando há dever de prestar contas.	351
123. Responsabilidade pelos conselhos dados aos clientes. Pareceres. Entendimento do STF.	353
124. Responsabilidade por erro de fato. O erro de direito e as condições em que acarreta responsabilidade.....	359
125. Erros mais frequentes.	360
126. A questão da desobediência às instruções do cliente.....	362
127. Responsabilidade perante terceiros.....	364
128. As sociedades de advogados.....	364
129. O seguro de responsabilidade civil.	366
130. O segredo profissional.....	368
131. Responsabilidade do mandatário em geral.	369
132. Responsabilidade dos notários, tabeliães e oficiais de registro. Em que se distingue da responsabilidade profissional em geral.	373

Seção III
Responsabilidade dos empreiteiros e construtores

Sumário

133. Responsabilidade do empreiteiro. Natureza de sua responsabilidade e da obrigação que assume. Responsabilidade do dono da obra em relação ao empreiteiro.....	385
134. Responsabilidade de caráter excepcional: art. 618 do Código Civil. A opinião de Carvalho Santos, Costa Sena e Alfredo Bernardes.....	390
135. Responsabilidade extracontratual.....	392
136. Responsabilidade pela execução em terreno impróprio.....	397
137. A responsabilidade do construtor relativamente ao dono da obra. Opinião do Professor Fernando Pessoa Jorge sobre o assunto.....	398
138. A divisão da responsabilidade do empreiteiro.....	398
139. A responsabilidade do empreiteiro ou construtor no CDC.....	399

Capítulo III

Responsabilidade derivada de contratos diversos

140. A locação e a responsabilidade dela decorrente.....	403
141. Responsabilidade derivada do depósito.....	406
142. Responsabilidade dos hoteleiros.....	411
143. Responsabilidade dos hospitais.....	412
144. Responsabilidade civil dos bancos.....	414
145. Responsabilidade das empresas de eletricidade, telefones etc.....	426
146. Responsabilidade oriunda da compra e venda civil.....	427
147. Responsabilidade das empresas de diversões e nas atividades esportivas.....	428
148. Responsabilidade nos negócios decorrentes da Bolsa de Valores e por lançamentos de títulos no mercado paralelo.....	434
149. Responsabilidade dos administradores de sociedades comerciais.....	441
150. Responsabilidade no Código de Defesa do Consumidor. Antecedentes. Momento atual.....	447

PARTE II

Título IV

Responsabilidade extracontratual

Capítulo I

Responsabilidade por fato próprio

151. A responsabilidade extracontratual no direito brasileiro. Elementos do ato ilícito. Seu conceito.	477
152. A culpa como elemento gerador da responsabilidade.	479
153. Imputabilidade, capacidade e responsabilidade.	480
154. Responsabilidade da pessoa privada de discernimento. Fundamento da responsabilidade do amental.	481
155. Classificação dos atos ilícitos. Ação e omissão. Responsabilidade por fato próprio. As classificações de Planiol, Lalou e Josserand.....	484
156. Atos contra a honestidade. Ofensa à honra da mulher. Adultério. Infrações aos deveres conjugais. Injúria e calúnia. Modalidade da ofensa ao sentimento de honra.	486

Capítulo II

Responsabilidade pelo fato da coisa

Sumário

157. Impropriedade da classificação.	491
158. A teoria da coisa perigosa: automóveis e outros veículos. A doutrina da guarda da coisa. O art. 927 do Código Civil de 2002.....	492
159. A questão não pode permanecer sujeita ao critério da culpa.	497
160. Aplicação da doutrina francesa ao direito brasileiro. Saleilles e Josserand: sua influência na construção da teoria sobre a responsabilidade derivada do fato das coisas	498
161. A presunção que se deve aceitar não é a de culpa, nem a de responsabilidade: é de causalidade.	500
162. Responsabilidade das estradas de ferro por danos aos proprietários marginais.	508
163. Danos a terceiros. Acidentes nas passagens de nível.	509
164. O Código de Trânsito Brasileiro e a responsabilidade pelo fato da coisa.	511



165. O problema dos acidentes de circulação.	520
166. Danos causados a terceiros pelas empresas de transporte urbano.....	522
167. Responsabilidade civil no direito aéreo.....	523
168. A eletricidade como fonte de perigo. Responsabilidade civil de explorador de energia elétrica.	526
169. O dano produzido por instalações domésticas. Elevadores.	529
170. A responsabilidade derivada da obrigação de guarda independe do vício da coisa. Queda de árvores. Outros danos sujeitos a esse regime.	531
171. Podem os edifícios ser submetidos à responsabilidade fundada na obrigação de guarda?	533
172. Responsabilidade <i>de effusis et dejectis</i>	538

Capítulo III

Responsabilidade por fato de animais

173. O art. 936 do Código Civil. Sua vantagem sobre o Código francês.	563
174. A responsabilidade do proprietário em face da detenção do animal por terceiro, contra a sua vontade.	565
175. A responsabilidade em caso de detenção por incumbência do proprietário.....	566
176. Dano produzido por animal ou animais em grupo.	567
177. O dano produzido em propriedade alheia pelo animal em trânsito e a responsabilidade do proprietário.	567
177A. O dano produzido por animais em rodovia sob concessão.....	568

Capítulo IV

Os atos abusivos

178. Os arts. 939 a 942 do Código Civil de 2002. Crítica da jurisprudência.	571
179. O protesto de títulos já pagos.....	576
180. O problema do abuso de direito. Explicação do “ <i>nemine laedit qui jure suo utitur</i> ”. A conciliação da tendência socialista com a tendência individualista.	577
181. Interpretação do art. 188, nº I, do Código Civil de 2002. Pontes de Miranda, Goldschmidt, Savatier, L. Campion, Batista Martins.	580
182. Aplicações práticas do abuso de direito.	590

183. O problema da responsabilidade e as relações de vizinhança. A Responsabilidade civil por dano ambiental. Histórico. Legislação geral e específica. Responsabilidade civil propriamente dita. Responsabilidade administrativa. Responsabilidade penal. Sujeito ativos e passivos da responsabilidade civil ambiental. A solidariedade passiva. Jurisprudência.....	602
--	-----

Capítulo V

Responsabilidade por fato de outrem

Sumário

184. Impropriedade da expressão responsabilidade por fato de outrem.	629
185. Responsabilidade dos pais. Responsabilidade do chefe de família.....	631
186. Responsabilidade dos tutores e curadores.....	642
187. Responsabilidade do empregador ou comitente.....	644
188. As construções que explicam a responsabilidade do empregador pelo ato do preposto.....	645
189. Responsabilidade dos professores e mestres de ofício.....	648
190. Responsabilidade das pessoas que houverem participado dos produtos do crime. Caráter da ação a que se refere o art. 932, nº V, do Código Civil de 2002.....	650
191. As empresas que exercem exploração industrial e sua assimilação aos empregadores e comitentes.	650

Título V

Responsabilidade civil do Estado

Capítulo I

Teorias. Críticas. Doutrina do risco administrativo

Sumário

192. A responsabilidade civil do Estado é matéria de direito administrativo. Rejeição universal da irresponsabilidade do Estado. Os sistemas inglês e norte-americano.....	653
193. Crítica das doutrinas de irresponsabilidade do Estado: Paul Duez, Amaro Cavalcanti, Guimarães Menegale.	656



194. O art. 15 do Código Civil de 1916, atual art. 43 do Código Civil de 2002, e sua interpretação. Artificiosidade da solução subjetiva. Falta pessoal e falta do serviço: delimitação do campo da responsabilidade pessoal do agente. Definição de “agente”	657
195. A questão da solidariedade. O direito de regresso do Estado e o quantum sobre que se exerce.....	663
196. Evolução da ideia da responsabilidade do Estado. A lição de Duez.	663
197. A doutrina da culpa administrativa. A teoria do risco administrativo. Votos dos Ministros Orozimbo Nonato e Filadelfo Azevedo.....	666
198. Justificação prática da doutrina do risco administrativo.	677
199. O critério da jurisprudência em relação à responsabilidade civil do Estado. Os atos de guerra. Os movimentos revolucionários do Brasil e a orientação dos tribunais quanto aos danos acarretados. O problema das requisições.....	679
200. Fórmula doutrinária a que tende a responsabilidade civil do Estado.	698

Capítulo II

Responsabilidade do Estado na Ordem Internacional

201. Estado responde na ordem internacional como uma unidade. A intervenção diplomática como resultante do esgotamento dos recursos internos..	703
202. Natureza jurídica da ação de responsabilidade do Estado no plano internacional.....	708
203. O abuso dos fortes, na pretensa insuficiência da compensação por expropriações. A questão das concessões. A lição de Barbosa Lima Sobrinho.....	711

Capítulo III

Exceções ao princípio da responsabilidade do Estado e situações em que elas não se aplicam

204. Atos pelos quais o Estado não responde, em princípio. Atos parlamentares. Atos legislativos. Decretos-leis. Doutrinas de Hauriou e Scelle. A crítica de Duez. A lição de Amaro Cavalcanti. Atos administrativos. Atos de governo.	713
205. Irresponsabilidade do Estado pelos atos jurisdicionais. O erro judiciário. Extensão da reparação concedida a esse título. Sua justificação doutrinária e prática. O art. 630 do Código de Processo Penal.	718

206. A responsabilidade do Estado por atos judiciais e alguns de seus estudosos	741
207. A demissão ilegal. Caráter indenizatório das vantagens pecuniárias da reintegração.....	746
208. Responsabilidade na repressão do abuso do poder econômico.....	748
209. Responsabilidade civil por danos causados pelo terrorismo. Autores desconhecidos ou insolváveis.	752

Capítulo IV

Responsabilidade civil do Estado e governo de fato

210. Responsabilidade interna e externa do governo de fato. Responsabilidade civil dos funcionários do governo de fato.	763
--	-----

Título VI

Os meios de defesa. Cláusulas e causas de irresponsabilidade

211. Cláusulas de irresponsabilidade. Seu desprestígio em face do nosso direito.	765
212. O estado de necessidade. Arts. 23, I e 24 do Código Penal. Art. 65 do Código de Processo Penal. Caracterização jurídica do estado de necessidade.	777
213. O fato de terceiro como causa de irresponsabilidade.....	781
214. Caso fortuito ou de força maior.	789
215. Na identificação do caso fortuito ou de força maior deve-se atentar para os efeitos e não para o fato necessário. Tendência a sua restrição. Influência da culpa na sua negação.	794
216. O vício próprio da coisa.	797
217. A chamada culpa exclusiva da vítima. Verdadeiro sentido da expressão.	797
218. A prescrição. A ação de reparação do dano é pessoal. A confusão histórica a respeito da natureza da ação de reparação e o direito a alimentos e seu efeito sobre a prescrição. Prazos especiais de prescrição.	803



Título VII

O dano e sua liquidação

Capítulo I

Dano patrimonial e dano moral

219. O dano em sentido jurídico. Definições: Paoli, Carnelutti, Fischer.	819
220. O dano patrimonial. Dano emergente e lucro cessante. A questão da ascensão profissional como dano ressarcível. Reparação natural e indenização pecuniária	822
221. Distinção entre dano patrimonial e dano moral. A pena e a indenização.	839
222. Objeções à reparabilidade do dano moral. A lição de Minozzi.....	846
223. Confusão entre o dano moral e o dano patrimonial de origem afetiva. O abalo de crédito.....	850
224. O dano moral e as razões de sua reparabilidade. A doutrina e a legislação estrangeiras.....	859
225. O dano moral em face do Código Civil brasileiro de 2002.	861
226. A indenização por morte de menor.	864

Capítulo II

A liquidação do dano no direito brasileiro

Sumário

227. Direito anterior ao Código de Processo Civil de 1939. Regulação da matéria após o CPC de 1973.	867
228. O art. 949 do Código Civil de 2002. Como se liquidam os lucros cessantes. Despesas de tratamento.	869
229. Indenização por esbulho ou usurpação do alheio.	873
230. O dano afetivo no art. 952, parágrafo único do Código Civil de 2002. ...	873
231. Reparação do dano causado por injúria ou calúnia.	874
232. A liquidação de obrigação indeterminada.....	874
233. Os honorários de advogado compreendem-se na reparação.	877
234. O princípio da limitação da responsabilidade.	877
235. Liquidação de condenação expressa em moeda estrangeira.....	878
236. Revisão das indenizações. Inviabilidade de compensação da indenização com seguro ou pensão de que a vítima seja beneficiária	887

Título VIII
Sujeitos e efeitos da responsabilidade civil

Capítulo I
Sujeitos ativo e passivo da responsabilidade civil

237. A ação de reparação do dano é outorgada jure proprio. Não tem caráter hereditário, nem alimentar. O problema do sujeito ativo da reparação.	891
238. A reparação não pode ser efetuada à revelia ou contra a vontade do lesado.	894
239. Solidariedade ativa. Repercussões do dano e a ação de reparação.	895
240. A ação de reparação está em função do dano injusto. A companheira e o direito à reparação do dano.	896
241. Outros titulares da ação de indenização.	904
242. Transmissibilidade da ação de reparação.	906
243. Sujeito passivo da obrigação de indenizar. Solidariedade passiva. Transmissibilidade da obrigação de indenizar.	907
244. Direito de regresso.	915
245. Exclusão das obrigações provenientes de atos ilícitos da comunhão.	917

Capítulo II
Efeito do julgamento criminal sobre a ação cível

Sumário

246. O problema da influência recíproca das jurisdições. Opiniões de Mendes Pimentel, Carvalho Santos, Vicente de Azevedo e Câmara Leal.	919
247. A expressão coisa julgada não corresponde à realidade, na questão.	928
248. A lei brasileira e seu modo de regular o assunto. Justificativas e dirimentes. Os arts. 65, 66 e 67 do Código de Processo Penal. Quadro sistematizado dos casos de influência do juízo penal sobre o cível.	929

Capítulo III
Garantias de indenização

249. Hipoteca legal em favor do ofendido.....	947
250. Seguro de responsabilidade civil. Admissibilidade do seguro em face do art. 1.436 do Código Civil de 1916, atual art. 762 do Código Civil de 2002.....	948
251. Segurador e defesa do segurado. A questão do ressarcimento.	956
252. O problema da ação direta da vítima contra o segurador.	957
Índice alfabético-remissivo	969
Bibliografia	989